



Estado do Piauí
Secretaria de Governo
Palácio de Karnak

AL-DIRETORIA LEGISLATIVA

Nos termos regimentais

Encaminha-se

Antônio Dantas Caldeira
Diretor Legislativo

MENSAGEM Nº 076 /GG

Teresina-PI, 18 de dezembro de 2007.

LIDO NO EXPEDIENTE

Em: 20/12/07

Excelentíssimo Senhor Presidente.

Excelentíssimas Senhoras Deputados e Senhores Deputados,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º, do art. 78, da Constituição Estadual, decidi **VETAR PARCIALMENTE**, o Projeto de Lei Complementar que "**Dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Servidores do Ministério Público do Estado do Piauí, fixa os valores de sua remuneração, e dá outras providências**", pelas razões que seguem:

DISPOSITIVO VETADO

"Art. 50. Os beneficiários da Gratificação por Condição Especial de Trabalho constante do art. 21 e do Anexo VIII desta Lei, após aprovação pelo Colegiado de Procuradores, que estabelecerá os critérios para definir a gratificação, terão os atos normativos que instituírem a gratificação publicados no Diário Oficial do Estado com o respectivo valor."

RAZÕES DO VETO

Nota-se que o artigo supra retira do Procurador Geral de Justiça atribuição que lhe é determinada pelo art. 12, incisos I e V, da Lei Complementar nº 12, de 18 de dezembro de 1993, retirando a autonomia administrativa que detém o Chefe do Ministério Público Estadual, quando de sua relação e administração dos recursos humanos pertencentes aos quadros do Ministério Público do Piauí, *in litteris*:

"Art. 12 – São atribuições de Procurador Geral de Justiça.

I – exercer a chefia do Ministério Público, representando-o judicial e extrajudicialmente;

(...)

V – praticar atos e decidir questões relativas à administração geral e à execução orçamentária do Ministério Público;"

A Constituição Federal tem no Princípio da Legalidade a base de sustentação na elaboração de lei infraconstitucionais. A observância desse princípios pelo legislador é de vital e fundamental importância para a preservação da constitucionalidades das leis.

O artigo supra citado ao retirar do Procurador Geral de Justiça a atribuição de gestor dos recursos humanos do Ministério Público do Estado do Piauí está agindo ao arrepio da hierarquia entre lei ordinária e lei complementar, portanto ferindo o Princípio da Legalidade e da Hierarquia das Leis.

Excelentíssimo Senhor
Deputado THEMÍSTOCLES DE SAMPAIO PEREIRA FILHO
Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Piauí
NESTA CAPITAL

Número	07
Data	14.02.08
Assunto	Mensagem
Matrícula	
Assinatura	Pereira



Estado do Piauí
Secretaria de Governo
Palácio de Karnak

03

Fica claro que o artigo acima do Projeto de Lei está contra o que determina a Lei Complementar, logo não respeitando os Princípios da Legalidade e da Hierarquia das Leis.

Sobre a matéria vale citar o entendimento de Alexandre de Moraes, *in litteris*:

"Neste ponto, porém, filiamo-nos ao argumento de Manoel Gonçalves Ferreira Filho, por considera-lo imbatível, pedindo vênua para transcrevê-lo na íntegra:

'É de se sustentar, portanto, que a lei complementar é um tertium genus interposto, na hierarquia dos atos normativos, entre a lei ordinária (e o atos que têm a mesma força que esta – a lei delegada e o decreto-lei) e a Constituição (e suas emendas). Não é só, porém, o argumento de autoridade que apóia essa tese; a próprio lógica o faz. A lei complementar só pode ser aprovada por maioria qualificada, a maioria absoluta, para que não seja, nunca, o fruto da vontade de uma minoria ocasionalmente em condições de fazer prevalecer sua voz. Essa maioria é assim um sinal certo da maior ponderação que o constituinte quis ver associado ao seu estabelecimento. Paralelamente, deve-se convir, não quis o constituinte deixar ao sabor de uma decisão ocasional a desconstituição daquilo para cujo estabelecimento exigiu ponderação especial. Aliás, é princípio geral de Direito que, ordinariamente, um ato só possa ser desfeito por outro que tenha obediência à mesma forma,'

assim continua,

'... a lei ordinária, o decreto-lei e a lei delegada estão sujeitos à lei complementar, em consequência disso não prevalecem contra elas, sendo inválidas as normas que a contradisserem.'"

(MOARES, Alexandre de. In *Direito Constitucional*, 13ª edição. Editora Atlas. São Paulo, 2003. págs. 549 e 550)

Desta forma, não pode o Projeto de Lei Ordinária alterar ou mesmo ir contra o que dispõe a Lei Complementar nº 12, de 03 de janeiro de 1994.

Resta afirmar, que o dispositivo, ora vetado, fere os Princípios da Legalidade e da Hierarquia das Leis, portanto inconstitucional, por ferir tais princípios estatuído na Carta Magna.

Ainda dentro da análise do referido artigo, depreende-se que o art. 50, do Projeto de Lei, não está em sintonia com sua sistemática interna, restando-se por contraditório com a determinação do art. 21, do próprio Projeto de Lei.

Vê-se, claro, que no art. 21 fica determinado ao Procurador Geral de Justiça a atribuição de regulamentar a referida Gratificação por Condição Especial de Trabalho, enquanto que no art. 50 faz-se a retirada de tal atribuição, passando esta competência ao Colegiado de Procuradores, logo, tal antinomia é real e não aparente, já que não pode ser resolvida pelo critério hierárquico, cronológico ou de especialidade.



Essa contradição (antinomia) não sobrevive diante a todo a sistemática estabelecida no próprio Projeto de Lei, bem como na Lei Complementar nº 12/1993, portanto sua vigência e eficácia tornam-se inócuas, trazendo, certamente, problemas na aplicação da Lei recém-aprovada, já que não pode haver contradição dentro do próprio texto.

Ainda dentro desta lógica, Gilmar Ferreira Mendes assevera que a técnica legislativa indica ao legislador obediência à sistemática da lei que deve haver entre as normas para que se evite contradições, *in litteris*:

"2. Sistemática da Lei

As leis destinam-se a disciplinar uma variedade imensa de situações. Daí parecer recomendável que o legislador redija as leis dentro de um espírito de sistema, tendo em vista não só a coerência e harmonia interna de suas disposições, mas também a sua adequada inserção no sistema jurídico como um todo.

Essa classificação e sistematização expressam não só uma característica da cientificidade do Direito, mas correspondem também às exigências mínimas de segurança jurídica, na medida em que impedem uma ruptura arbitrária com a sistemática consagrada na aplicação do direito.

Costuma-se distinguir a sistemática da lei em sistemática interna (compatibilidade teleológica e ausência de contradição lógica) e sistemática externa (estrutura da lei).

2.1. Sistemática Interna

Como mencionado, a existência de um sistema interno deve, sempre que possível, evitar a configuração de contradições lógicas, teleológicas, ou valorativas. Tem-se uma contradição lógica se, v.g., a conduta autorizada pela norma "A" é proibida pela norma "B". Verifica-se uma contradição valorativa se se identificam incongruências de conteúdo axiológico dentro do sistema. É o que resulta, v.g., da consagração de normas discriminatórias dentro de um sistema que estabelece a igualdade como princípio basilar. Constata-se uma contradição teleológica se há uma contradição entre os objetivos perseguidos por disposições diversas, de modo que a observância de um preceito importa na nulificação dos objetivos visados pela outra."

(MENDES, Gilmar Ferreira. In: Questões Fundamentais de Técnica Legislativa. Sítio eletrônico: www.direitopublico.com.br, pág. 06. Pesquisa realizada dia 30 de julho de 2007)

Tal contradição **afronta o interesse público**, na medida que gera insegurança na aplicação e eficácia da Lei.

Logo, a contradição (antinomia) somente pode ser resolvida pelo veto, por força do art. 78, § 1º, da Constituição Estadual, resta então vetar o art. 50 do Projeto de Lei Complementar.

Por tudo exposto, para preservar a constitucionalidade o interesse público veta-se o art. 50, do Projeto de Lei.



Estado do Piauí
Secretaria de Governo
Palácio de Karnak

Ressalte-se, por oportuno, que o presente veto parcial foi solicitado pelo Exmb. Sr. Procurador Geral de Justiça, por intermédio do Ofício AJPGJ nº 363/07 (cópia anexa)

Estas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a **VETAR PARCIALMENTE** este Projeto de Lei, por contrariedade ao interesse público e inconstitucionalidade, as quais ora submeto a elevada apreciação dos Senhores membros dessa Assembléia Legislativa.

JOSÉ WELLINGTON BARROSO DE ARÚJO DIAS
Governador do Estado do Piauí

Processo n.º AL 153/08

Parecer n.º -

Assunto: Veto Parcial ao Projeto de Lei Complementar que "dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Servidores do Ministério Público do Estado do Piauí, fixa valores de sua remuneração e dá outras providências."

Trata-se de Veto Parcial ao Projeto de Lei Complementar que "dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Servidores do Ministério Público do Estado do Piauí, fixa valores de sua remuneração e dá outras providências", especificamente ao seu art. 50, a saber:

"Art. 50 - Os beneficiários da Gratificação por Condição Especial de Trabalho consoante Art. 21 e do Anexo VIII desta lei, após a aprovação pelo Colegiado de Procuradores,, que estabelecerá os critérios para definir a gratificação, terão os atos normativos que instruírem a gratificação publicados no Diário



Oficial do Estado com o respectivo valor".

A fundamentação legal dada ao veto consubstancia-se nos incisos I e V da Lei Complementar n.º 12, de 18 de Dezembro de 1993.

É o relatório.


O veto parcial, como na espécie, encontra amparo legal no § 1º, do art. 78 da Constituição do Estado do Piauí, *verbis*:

" Art. 78 - O Projeto de Lei, uma vez aprovado, será enviado ao Governador do estado para sanção.

§ 1º - O Governador, se considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, deverá vetá-lo total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da assembléia legislativa os motivos do veto."

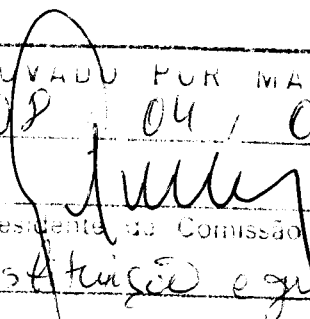
Isto posto, opinamos pela constitucionalidade e juridicidade do VETO PARCIAL.

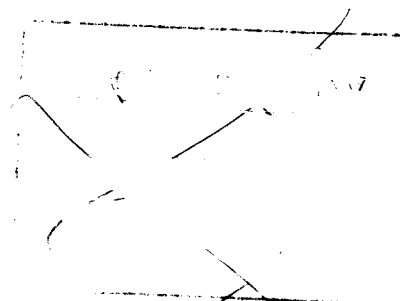
É o Parecer.

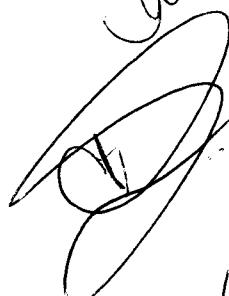
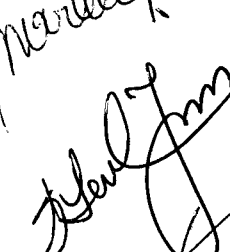
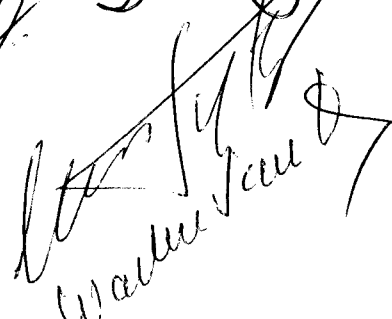


Sala da Comissão de Constituição e Justiça da
Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, 3 de abril de
2008.


Dep. Xavier Neto
Relator

APROVADO POR MAIORIA	
em	08 / 04 / 08
	
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça	



 Antonio Martelli
 Paulo Gomes
 Walter Lourenço

**VOTAÇÃO SECRETA****PROCESSO AL- 153/08**

VETO GOVERNAMENTAL - Mensagem nº 76/07 QUE “Veta Parcialmente o Projeto de Lei Complementar que, Dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Servidores do Ministério Público do Estado do Piauí, fixa os valores de sua remuneração e dá outras providências”.

NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS**APROVADO**

Nº	RELAÇÃO DOS SENHORES DEPUTADOS NOME PARLAMENTAR	PRE- SENTE	AUSEN- TE
01	ANA PAULA	X	
02	ANTÔNIO FELIX	X	
03	ANTÔNIO UCHOÁ	X	
04	CICERO MAGALHÃES	X	
05	DOCTOR PINTO	X	
06	EDSON FERREIRA	X	
07	FLORA IZABEL	X	
08	HENRIQUE ALENCAR REBÊLO		X
09	ISMAR MARQUES	X	
10	JOÃO DE DEUS	X	
11	JOÃO MADISON	X	
12	JURACI LEITE	X	
13	LILIAN MARTINS	X	
14	MARDEN MENEZES		X
15	MAURO TAPETY	X	
16	MORAES SOUZA FILHO	licenciado	
17	NERINHO	X	
18	PAULO MARTINS	X	
19	RONCALLI PAULO	X	
20	THEMÍSTOCLES FILHO	X	
21	WARTON SANTOS	X	
22	WILSON BRANDÃO	X	
23	XAVIER NETO	X	
24	TERERÉ	X	
25	LEAL JÚNIOR	X	
26	MARCELO COELHO	X	
27	PAULO HENRIQUE	X	
28	UBIRACI CARVALHO	X	
29	PAULO CÉSAR VILARINHO	X	
30	FABIO NOVO		X

RESULTADO:

21 **VOTOS SIM**
03 **VOTOS NÃO**
02 **EM BRANCO**
26 **PRESENTES**
03 **AUSENTES**
01 **LICENCIADO**
30 **TOTAL**

Teresina, 23 de abril de 2008

1º Secretário